

03 SET 1994

Parada Dura *Com Brasil*

A batalha pela estabilização será duríssima. Os países que saíram da hiperinflação precisaram de dois a três anos para alcançar a estabilidade. Numa economia com a estrutura de preços relativos distorcida por 30 anos de indexação, enormes focos resistem ao fim da inflação.

O ministro Rubens Ricupero está consciente dos riscos e possibilidades de o Brasil restabelecer condições para o crescimento auto-sustentado e a retomada do emprego. É preciso o gerenciamento competente do plano e o combate sem tréguas aos sócios da inflação.

A determinação pela estabilidade, garantida pela coordenação das políticas macroeconômicas e, principalmente, pela realização de reformas estruturais para corrigir as distorções acumuladas nas relações entre o Estado e a sociedade, não é somente uma opção pela defesa da imensa maioria da população, vítima do *imposto inflacionário*.

A viabilidade do Brasil como nação capaz de oferecer perspectivas de bem-estar a seus 153 milhões de habitantes passa pela solução do problema inflacionário. Sem equilíbrio orçamentário e o fim da inflação, o país não terá a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros que aqui já atuam. Muito menos para atrair novas tecnologias e poupanças que circulam em busca de pouso seguro e com perspectivas de futuro, num mundo com a economia a cada dia mais internacionalizada.

Num programa de estabilização, é do governo a responsabilidade maior pela manutenção da confiança da sociedade em relação à moeda e à própria capacidade do Executivo em liderar reformas políticas e estruturais para ajuste do Estado. Mas é inegável que, se os agentes econômicos não colaborarem no dia-a-dia, o governo desperdiçará energia em medidas de curto prazo, quando poderia estar abrindo trincheiras para oferecer à sociedade visões de médio e longo prazo, que têm

importância fundamental na reversão de expectativas inflacionárias.

O ministro Rubens Ricupero teve de acionar medidas de contenção do crédito e ameaçar a redução geral das alíquotas de importação como forma de intimidar áreas do comércio e da indústria que estão aproveitando a rápida circulação dos produtos nas prateleiras para aumentar os preços e lucrar ainda mais em cima do consumidor.

Assim como os nichos das corporações estatais insistem em elevadas reposições salariais, desvinculadas do novo contexto de estabilidade econômica — do qual o exemplo mais discrepante é a proposta de reajustes mensais de salários dos metalúrgicos do ABC —, há setores da iniciativa privada que não querem colaborar para o fim da inflação, porque se acostumaram a obter ganhos fáceis com ela.

Em vez de cultivarem a busca pela eficiência e a melhoria da produtividade como caminho do lucro, através dos ganhos de escala, muito empresário brasileiro subverteu o princípio da economia de escala e passou a ganhar mais vendendo menos, através do aumento da margem de lucro. Os números da inflação de agosto mostraram que as áreas que não menos expostas à concorrência e à competição foram as que abusaram mais dos preços, como os bares e restaurantes e as confecções e lojas de vestuário. Por coincidência, setores pouco transparentes nas suas relações com o fisco e as contribuições sociais.

O governo tem um rumo para alcançar a estabilização e sabe dos instrumentos que terá de lançar mão para superar os obstáculos que se apresentem pelo caminho. A facilidade de importações talvez seja o mecanismo mais eficiente para forçar a baixa dos custos de produção, punir quem está abusando de preços e proteger o consumidor.

JORNAL DO BRASIL